

DOENÇA, SOFRIMENTO, PERTURBAÇÃO: PERSPECTIVAS ETNOGRÁFICAS. Luiz Fernando Dias Duarte & Ondina Fachel Leal (org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998, 210 pp. ISBN 85-85676-46-9

Um dos autores dessa publicação coletiva provoca o leitor com a seguinte questão: Ao falarmos sobre o processo saúde/doença estaremos fazendo um “*exercício em torno do óbvio*”? (Oliveira, p. 81). Ao encerrarmos a leitura dos doze trabalhos organizados por Duarte & Leal, temos a convicção de que essa incursão pelos meandros do adoecimento e do sofrimento demarca um espaço onde nada é óbvio, e sim reflexivo e passível de ser relativizado. Dito de outra maneira, as formas convencionais de reflexão sobre o sofrimento (seja físico, psíquico ou moral) esbarram no que tão adequadamente já foi chamado de “*epidemiologia da imprecisão*”, onde adoecimento e sofrimento possuem um contorno fosco em seus limites.

Chama atenção nessa obra o consenso implícito que há entre os autores sobre a questão do método antropológico nessa área temática: são abordagens que se somam e que buscam uma linha interpretativa coerente, fazendo ‘costuras’ sem cerceamento. Os trabalhos relatam o encontro do ‘outro’, e tudo o que isso implica na análise da percepção subjetiva da perturbação. Isso pode produzir um tal sentimento de inquietação no pesquisador, que muitas vezes o incapacita de analisar simbolicamente a representação e a expressão do corpo ‘doente’. Essa obra, como um todo, demonstra o amadurecimento que os estudos antropológicos vêm desenvolvendo, introduzindo uma melhor compreensão da dimensão experiencial, na “*direção de uma antropologia das emoções*” (Duarte, p. 21). É importante, portanto, ressaltar o enorme interesse que o livro desperta para os profissionais que lidam com esses parâmetros em sua pauta cotidiana. Esse ‘ofício’ de arquitetar metodologias, de errar e improvisar, de atribuir sentidos e confrontar subjetividades como nosso próprio espelho.

Diante do pluralismo dos assuntos abordados nos artigos, destacamos o fato de que, com exceção de dois estudos, os demais têm como universo grupos urbanos de baixa renda, e como matéria-prima de análise as narrativas. E que relevância podem ter idéias e crenças colhidas oralmente nos chamados segmentos sociais menos favorecidos? Em que medida a cultura predominantemente oral interfere, modifica, remodela? Os autores deixam claro que as fontes orais funcionam como uma espécie de matriz do conhecimento, o que possibilita a construção de um corpo teórico que reelabora uma nova leitura desse complexo tema. Já foi proposto por Mikhail Bakhtin, historiador e lingüista russo, que é possível resumir no termo circularidade o fluir de todos os valores e hierarquias constituídas, como um influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica. Cada

fato repercute em muitos outros, num terreno virtualmente ilimitado. A presente coletânea faz esse itinerário coletivo, em ‘mão dupla’, e vaivéns entre as idéias.

Examinaremos agora a distribuição dos textos em grupos temáticos.

A Parte I – Corpo e Reprodução – traz artigos sobre os significados construídos com base na experiência social, com “*o intuito de demonstrar as dimensões sociais, históricas e culturais destes fenômenos*” (Paim, p. 31). Fala-se de gênero, maternidade, anticoncepção, como processos imprevisíveis, sujeitos a ritmos, tempos e interpretações não hegemônicas. Penso que deveriam fazer parte deste tomo os estudos da Parte IV – Sexualidade e Gênero –, pois abordam uma série de questões sobre o masculino/feminino e suas relações com as ‘marcas’ no corpo, “*as diferentes maneiras de enxergar o mundo, definidas já na própria socialização, ou seja, na definição de gênero*” (Knauth, p. 195). Mesmo supondo que, propositalmente, o tema da Aids tenha determinado um agrupamento específico, creio que teria sido construtivo incluir os artigos finais na pauta inicial, por se tratar também da construção histórica das experiências corporais do sofrimento, transcendendo a antinomia saúde/doença.

Na Parte II – Instituições e Trajetórias –, os estudos se inserem no campo das instituições e de como se dá esse encontro com os indivíduos. Analisam as definições e influências que os serviços instituem, salientando as distintas perspectivas conceituais entre o leigo e o legítimo. Um dos trabalhos (Gonçalves) faz a distinção entre adesão e obediência, no que diz respeito ao abandono da terapêutica, e deveria ser leitura obrigatória para os prestadores de serviços de saúde que teimam em culpar sempre os usuários pela ineficácia dos tratamentos.

Na Parte III – Os Limites da Pessoa –, os autores tocam não só nas sensações do corpo, mas na maneira como “*os homens e as sociedades (...) sabem servir-se de seus corpos*” (Vargas, p. 130). A idéia do sofrimento aparece ligada a medidas subjetivas de resistência. O corpo, fazendo o registro biológico das experiências, e o princípio da ‘gota d’água’, desafiando a resistência subjetiva.

Essa triangulação corpo/instituição/limites descreve a trajetória que desafia e alarga uma questão que merece atenção continuada da literatura especializada. O corpo é o depositário de processos biológicos indicadores de saúde, doença e sofrimento. Mas a ele também se aplicam as emoções e os processos sociais. A contextualização desse foco em instituições demanda dois outros temas, que são a solidariedade e a ética. Congregar todos esses fatores significa testemunhar a verdadeira experiência humana.

O resultado geral da obra surpreende pelo domínio dos conceitos utilizados e pela capacidade de relativizá-los, sem negá-los ou invalidá-los. Os autores conseguem demonstrar que estudos na área da An-

tropologia da Saúde têm a capacidade de ler através de linhas tortas (num bom sentido) situações poucos visíveis a olho nu. Essa coletânea aponta para os fatores foscos abordados no início da resenha, aceitando metodologicamente o ecletismo como um bom caminho para o conhecimento. O resultado da análise dos dados de todos os estudos devem falar por si. Além de uma leitura bastante agradável, configura uma obra de referência para esse campo temático.

Lêda Maria de Vargas Rebello
Departamento de Epidemiologia
e Métodos Quantitativos em Saúde
Escola Nacional de Saúde Pública
Fundação Oswaldo Cruz

SAÚDE PÚBLICA: UMA COMPLEXIDADE ANUNCIADA. Mario Iván Tarride. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998, 107 pp.

ISBN 85-85676-47-7

A saúde pública está em crise, e em uma crise de equacionamento complexo. A visão reducionista e fragmentária, ainda dominante, mostra-se inadequada para lidar com esta crise, tanto do ponto de vista teórico, quanto prático. Partindo desta constatação, Mario Tarride, em seu livro recentemente lançado pela Editora Fiocruz, procura oferecer pistas para o enfrentamento da crise, apresentando algumas abordagens que, apesar de não tão novas para os padrões de nosso tempo multiacelerado, ainda não se encontram satisfatoriamente disseminadas entre os sanitaristas. O autor define sua proposta da seguinte forma: “Ao se usar diferentes abordagens para observar a realidade, do mesmo modo que se dispõe de múltiplas teorias para explicá-la e de métodos diversos para enfrentar os problemas que se apresentam, se disporá de mais e melhores oportunidades de formular perguntas válidas e de encontrar respostas às mesmas” (p. 18). O grande desafio que hoje se coloca é a recuperação da capacidade de se formularem questões fundamentais, difíceis de serem abordadas adequadamente justamente por estarmos em meio a uma crise paradigmática na qual, segundo a afirmação de Boaventura de Souza Santos, “as condições epistêmicas das nossas perguntas estão inscritas no avesso dos conceitos que utilizamos para lhes dar resposta”.

Tarride, em sua demarcação da crise, aponta alguns de seus sinais, como a inadequação do modelo assistencial – ainda predominantemente centrado na doença – para responder às demandas crescentes da sociedade, as incertezas quanto aos limites do Estado no atendimento dessas demandas e o processo de mercantilização das práticas médicas.

O autor aponta três dimensões que comporiam um ‘sistema causal’ da crise. A primeira delas é conceitual e reflete as dificuldades da coexistência de distintas abordagens teóricas em um campo interdisciplinar, em particular os problemas de harmonização entre o modelo das ciências biomédicas e o das ciências sociais. A segunda dimensão explicativa da crise da saúde pública refere-se à sua prática, calcada em um modelo cientificista e individualista ainda hegemônico, apesar do surgimento de práticas contra-hegemônicas, que valorizam a atenção primária e a participação das comunidades na promoção da saúde. Por fim, a dimensão da formação e da pesquisa

contribui para a crise, na medida em que, no contexto acadêmico atual, os esforços de desenvolvimento metodológico, na maioria das vezes, são pautados pelas ciências naturais e formais, não se direcionando para a integração do campo. Disciplinas que poderiam contribuir para esta integração não encontram espaço adequado nas escolas de saúde pública.

Após a análise deste ‘sistema causal’, Tarride passa em revista algumas possíveis alternativas para o enfrentamento da crise. Entre as posições mais recorrentes encontra-se a crítica ao modelo biomédico. Tal crítica é desenvolvida tanto com base na defesa da desmedicalização do conceito de saúde, incorporando a esse conceito aspectos afetivos e valorativos, quanto pela ênfase na centralidade da dimensão política e da reflexão ética na definição das prioridades sanitárias.

O autor considera que a crise da saúde pública tem um caráter eminentemente epistemológico: “É preciso compreender que o conhecer e o interpretar a realidade exercem papel fundamental na construção do mundo que se deseja. A discussão sobre presente e futuro da saúde pública deve passar por uma reflexão epistemológica, levando em conta fatores como demarcação do conhecimento científico, desenvolvimento da ciência, complexidade, ciências sociais, administração e ‘cientificismo’” (p. 36). Por tratar-se de uma questão epistemológica, o autor propõe o emprego de novas perspectivas que permitam uma melhor compreensão da situação atual e a elaboração de alternativas mais adequadas para o futuro. Duas disciplinas são destacadas no trabalho de Tarride como enfoques capazes de ampliar nossa capacidade de compreender e lidar com a crise: a Sistêmica e a Complexidade.

O desenvolvimento do pensamento sistêmico é apresentado pelo autor de forma bastante abrangente, desde os trabalhos pioneiros de Bertalanffy, no início dos anos 40, passando pelas contribuições de teóricos da cibernética, como Wiener e Ashby, por Shannon e sua Teoria da Informação, até teorias mais contemporâneas, como as de Prigogine e de Maturana e Varela. O elemento comum neste percurso é a crítica ao reducionismo do método científico tradicional, no qual a ênfase analítica bloqueou o desenvolvimento do pensamento sintético. A Sistêmica se constituiria, segundo Tarride, em uma metadisciplina capaz de expandir nossa compreensão da realidade, sem contudo desprezar os avanços obtidos pelas ciências orientadas pelo método científico tradicional: “O sistemismo se manifesta como um pensamento expansionista, complexificador e ‘projetivo’. Deve-se aceitá-lo como mais uma forma de compreender a realidade e não em termos antagônicos ao reducionismo dominante. O desafio hoje é expandir sua prática, com o objetivo de servir de base a novos enfoques e métodos para abordar os problemas que nos afligem” (p. 49).

Seguindo o percurso do pensamento sistêmico, Tarride passa a discutir a contribuição de autores que enfocam a questão da complexidade, em particular Le Moigne e Morin. A complexidade é tratada, coerentemente, como problema, e não como solução. Como esclarece o autor, “o paradigma da complexidade não ‘produz’ nem ‘determina’ inteligibilidade; somente pode induzir a estratégia/inteligência do pesquisador a considerar a complexidade do problema estudado” (p. 77). Ao ressaltar a circularidade e a multideterminação causal, o papel do sujeito na construção da reali-

dade e a conseqüente impossibilidade de um conhecimento objetivo, a complexidade não oferece sínteses de fácil obtenção. Este ponto – fundamental para que o leitor não se frustre com o livro – torna-se evidente quando chegamos à parte final do trabalho de Tarride, na qual ele procura delinear possíveis linhas de pesquisa e de ação para uma ‘nova saúde pública’, capaz de abordar a crise de maneira radical, sem apelar para soluções simplistas e limitadas.

Apoiando-se na teoria biológica do conhecimento de Maturana, Tarride argumenta que, apesar do fundamento biológico da saúde, os acoplamentos mútuos efetuados pelos seres humanos implicam a necessidade de considerar um outro domínio, especificamente humano, que abrange a linguagem e o social. A saúde “*tem um fundamento biológico-físico, mas é uma distinção feita por um observador na linguagem e que se expressa no conversar*” (p. 87). A saúde deve ser compreendida necessariamente de um ponto de vista relacional: “*Só se pode situar a saúde na relação dos seres vivos com o seu ambiente. Nesta lógica recursiva de relações de sistemas e ambientes, pode-se ir do nível celular ao social*” (p. 89).

O campo da saúde pública agrega à complexidade da definição de saúde os múltiplos fatores envolvidos na sua dimensão pública. Neste domínio, não se trata apenas de considerar a saúde “*como uma rede de conversações entre seres humanos a respeito de seus desempenhos individuais em ambientes sociais e naturais*” (pp. 92-93), mas de abordar a maneira pela qual as sociedades articulam distintos planos – como os da ética, da política, da cultura, da economia e da administração, dentre outros – na estruturação e funcionamento de serviços que visem promover uma determinada concepção de saúde e reduzir os agravos daqueles reconhecidos como seus membros. Neste processo, não há respostas verdadeiras ou absolutas. Trata-se de uma construção permanente de acordos sobre os limites cognitivos e práticos da saúde pública.

Como uma aproximação operacional a esse processo de construção, Tarride propõe o emprego de metalinguagens que permitam um efetivo diálogo entre profissionais das disciplinas que compõem o campo da saúde pública. As abordagens da sistêmica e da complexidade constituiriam ferramentas particularmente úteis neste diálogo, que deveria desenvolver-se em centros de pesquisa independentes, já que, segundo o autor, as escolas de saúde pública, por encontrarem-se em sua maioria no interior das faculdades de medicina, não seriam o local mais apropriado para o desenvolvimento de um trabalho transdisciplinar.

Ao anunciar as possibilidades abertas por um enfoque epistemológico e metodológico orientado pela complexidade, o livro de Tarride certamente contribuirá para aqueles que, insatisfeitos com os métodos canônicos, procuram formas menos mutilantes para lidar com os problemas fundamentais que hoje se apresentam na área da saúde pública. A permanente busca de respostas, sempre provisórias, deve estar comprometida com um mesmo valor, de cunho pragmático, bem salientado pelo autor: “*O melhoramento da qualidade de vida das pessoas*” (p. 98).

Antonio Claret Campos Filho
Departamento de Ciências Sociais
Escola Nacional de Saúde Pública
Fundação Oswaldo Cruz

EPIDEMIOLOGIA DA OBESIDADE. Rosely Sichieri. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, 140 pp.
ISBN 85-85881-44-5

A Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição, realizada no final da década de 80, foi um marco importante para o dimensionamento da obesidade no País. Na época, 3,1% dos homens e 8,2% das mulheres foram considerados obesos – em comparação com os respectivos 5,9% e 13,3% observados quinze anos antes no Estudo Nacional de Despesa Familiar. Este crescimento tão acentuado surpreendeu e preocupou todos. A obesidade, inequivocadamente associada a uma série de doenças crônicas responsáveis pelas principais causas de morbi-mortalidade no País, tornou-se reconhecida como importante questão de saúde pública.

O problema continua crescendo. Na tentativa de atenuá-lo, é preciso compreendê-lo em sua enorme complexidade e diversidade. Para isso, entre 1995 e 1996, o extinto Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, em conjunto com universidades brasileiras, desenvolveu, com grande esforço, um estudo multicêntrico com o intuito de avaliar, entre outros objetivos, o estado nutricional, o consumo de alimentos e atividade física de uma amostra de indivíduos de todas as classes sociais residentes em sete cidades: Rio de Janeiro, Curitiba, Goiânia, São Paulo, Salvador, Campinas e Ouro Preto.

O resultado da pesquisa realizada no Rio de Janeiro transformou-se no livro *Epidemiologia da Obesidade*, da professora Rosely Sichieri. Juntamente com uma equipe de colaboradores do Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense e da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a autora articula, em nove capítulos, os passos iniciais para o entendimento da problemática da obesidade no País. Este é, com certeza, o primeiro grande mérito que recomenda a leitura atenta do livro, o qual preenche uma lacuna considerável na nossa bibliografia.

O primeiro capítulo, resumidamente, expõe os progressos recentes na compreensão dos determinantes da obesidade, dimensionando o desafio que é examinar as complexas relações entre os fatores genéticos, a quantidade de alimentos consumidos, a composição da dieta e a atividade física. A este problema acrescenta-se um outro, que é compartilhado por estudiosos do tema: a arbitrariedade na definição do que é ser obeso.

Nos dois capítulos seguintes, são abordados os aspectos relacionados aos preparativos para a realização do estudo. A autora apresenta o segundo capítulo discutindo as questões básicas do método escolhido para avaliar o consumo alimentar: o questionário semiquantitativo de frequência de consumo alimentar. Em virtude das dificuldades metodológicas que cercam a avaliação desta exposição, Sichieri se preocupou em descrever, cuidadosamente, as etapas envolvidas para o desenvolvimento do desenho e da validação do questionário utilizado na pesquisa. No terceiro capítulo, feito em parceria com Nilsa da Silva, estatística da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sente-se falta, na descrição do delineamento amostral, de alguns dados para o seu entendimento direto, requerendo, portanto, o

apoio de um estatístico. São abordadas também as etapas de seleção e treinamento dos entrevistadores e antropometristas.

A magnitude da obesidade entre os adolescentes, adultos e idosos é apresentada, em seguida, pela professora Rosângela Pereira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. À luz dos conhecimentos atuais, expõe-se uma série de indicadores que nos aproxima não só da prevalência dos diferentes graus de sobrepeso e obesidade, como também da distribuição da gordura corporal. E aprofunda-se na compreensão do problema ao averiguar-se a prevalência de sobrepeso segundo variáveis como o nível de renda e escolaridade.

Os pequenos descompassos entre o texto e alguns gráficos e tabelas (por exemplo: a ausência de gráficos, que, com certeza, facilitariam o reconhecimento de padrões descritos) e outros erros, como os dos somatórios das freqüências relativas dos gráficos da distribuição do índice de massa corporal e gordura do braço, exigem apenas uma leitura cautelosa, pois não comprometem as análises apresentadas.

Do ponto de vista epidemiológico, os capítulos cinco e seis dão a idéia do papel central da medição do consumo de energia e nutrientes na ciência nutricional. Discutem-se, inicialmente, as questões gerais e conceituais quanto à interpretação do consumo mediante o instrumento utilizado. A apreciação da qualidade das informações coletadas através da razão entre o consumo energético e a taxa estimada de metabolismo basal não só contribui na legitimação das conclusões desenhadas com base no questionário de freqüência de consumo de alimentos empregado, como também familiariza o leitor com um tema quase sempre ausente nos estudos nutricionais. Além da importante atualização que apresenta, ressalta-se, neste capítulo, um aspecto que está presente em outros momentos: o interesse didático-pedagógico de Sichieri em disponibilizar aos leitores as ferramentas exigidas para a aplicação do método proposto.

No capítulo sete, com a perspectiva de subsidiar as orientações nutricionais no nível coletivo, examinam-se o consumo de alimentos e algumas práticas, como o uso de gordura animal e adoçantes. A autora vale-se ainda da análise para compreender as relações entre os aspectos da cultura e o modo de comer dos cariocas.

O último determinante apresentado que contribui no aumento da prevalência da obesidade refere-se à atividade física que, apesar de ser reconhecida como outra importante característica comportamental, era, até aquele momento, pouco conhecida entre nós. Assim, o capítulo oito, ao retratar a ocorrência e distribuição da atividade física, fornece elementos essenciais para subsidiar a formulação de programas de promoção deste fator de risco.

Em parceria com a professora Vânia Marins, da Universidade Federal Fluminense, a autora apresenta sucintamente no último capítulo uma série de indicadores que aproxima o leitor das condições de vida e de morte dos participantes do estudo.

Nas conclusões, Sichieri, de forma elegante e direta, desenvolve o texto de forma a vislumbrar parte do mistério que nos interrogava: a *Epidemiologia da Obesidade*. A partir daí, são propostas as estratégias de intervenção para prevenir e controlar a doença que hoje aflige milhões de brasileiros.

Abordar a obesidade seriamente é dar a importância que o tema deve ter na agenda, que, como bem sinalizou a autora, deve ser "*orquestrada pelo poder público*". A linguagem simples e acessível do livro torna-o referência obrigatória para aprofundar o saber dos envolvidos em atividades ligadas a pesquisa, clínica, docência, sobre a obesidade, além de auxiliar leigos em busca de orientação.

Para o melhor entendimento de tema tão complexo e diversificado, fica aqui o desafio para os outros municípios que participaram do estudo multicêntrico de seguirem a iniciativa, tão bem sucedida, do livro da professora Rosely Sichieri.

Sonia Azevedo Bittencourt
Departamento de Epidemiologia
e Métodos Quantitativos em Saúde
Escola Nacional de Saúde Pública
Fundação Oswaldo Cruz

MALÁRIA E SEU CONTROLE. Rita Barradas Barata. São Paulo: Editora Hucitec, 1998, 153 pp. ISBN 85-271-0449-0

Apesar de a malária ainda ser um grave problema de saúde pública, muito pouco tem-se publicado no Brasil sobre essa doença. Cerca de quinhentos mil casos são registrados anualmente no País, a imensa maioria ocorrendo na região da Bacia Amazônica. Talvez, justamente por estar hoje restrita àquela região, cujo potencial político ainda é muito menor que os de outras regiões geo-econômicas do país, particularmente as regiões Sudeste e Sul, a pesquisa científica e tecnológica brasileira tenha dedicado uma atenção insuficiente à malária. Em menor número ainda são as publicações sobre os aspectos epidemiológicos e de controle da doença. Dessa forma, é muito bem-vindo o livro de Rita Barradas Barata. Resultado de seus estudos e reflexões para a elaboração de uma tese de doutorado, defendida no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, agora passa a ter maior divulgação, ultrapassando o ambiente exclusivamente acadêmico.

O livro busca razões para explicar o aumento da incidência da malária em várias partes do mundo, paradoxalmente após um esforço internacional para sua erradicação, bem como um modelo teórico explicativo que articule "*as necessidades sociais, o conhecimento científico e as práticas desenvolvidas para responder a essas necessidades*". A autora utiliza os dados disponíveis desde 1933 sobre a doença e seu controle no Estado de São Paulo, que lhe permitem retratar os principais momentos históricos, resumidos na fase pré-campanha, a da campanha propriamente dita e na fase atual de pós-campanha de erradicação. Associa a cada momento histórico considerações sobre a forma como a malária se constituiu em necessidade socialmente percebida, gerando práticas específicas institucionais de controle. Faz parte ainda de seu objetivo verificar a influência do conhecimento epidemiológico nessas práticas intervencionistas. No primeiro momento histórico, de 1930 a 1950, a autora identifica o modelo que denomina de "*ecológico-ambientalista*". O período de 1950 a 1970 corresponde ao modelo "*técnico-campanhista*", e, finalmente, de 1970 a 1990, prevalece o modelo chamado de "*focal-pre-*

ventivista". Em cada momento, o leitor é esclarecido sobre como a doença é entendida como necessidade social, o uso do conhecimento epidemiológico e os resultados obtidos pelas práticas de controle.

Apesar de tomar como base o controle da malária no Estado de São Paulo, a autora consegue analisar as variáveis envolvidas no tema de forma abrangente para a realidade brasileira. O modelo teórico adotado mostrou-se adequado para compreender a produção da doença, sua maior ou menor importância social e as práticas institucionais de controle desenvolvidas no Brasil e também em outras partes do mundo.

Para os pesquisadores de malária e os profissionais de saúde envolvidos no seu controle, a leitura deste trabalho é particularmente útil no sentido da reflexão de sua prática. A autora, mantendo-se fiel ao seu modelo teórico de análise, não se impregna de preconceitos arraigados em defensores deste ou daquele modo de intervenção. Cientificamente, analisa suas variáveis de estudo de forma objetiva e suas conclusões trazem uma contribuição importante para a discussão das práticas atuais e futuras de intervenção no controle da malária. Esta discussão é necessária, pertinente e oportuna, pois o processo de implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil requer a busca de métodos e estratégias eficazes inspirados na equidade das medidas de intervenção.

Os pesquisadores de outras áreas da saúde e os profissionais de saúde coletiva vinculados ao controle de outras doenças endêmicas no País podem obter nesta publicação informações e modelo de análise aplicáveis à compreensão dos fatores envolvidos na produção das endemias, na sua repercussão social e econômica e nas medidas de controle praticadas.

O livro contempla um apêndice em que é aprofundada a discussão sobre os aspectos teóricos e metodológicos adotados pela autora na elaboração da sua investigação e onde há considerações sobre as dificuldades de apreensão do real, dentro da complexa relação entre o pesquisador e a realidade pesquisada.

Extensa bibliografia, cuidadosamente selecionada, abrange conhecimentos na área específica das estratégias do controle malária em São Paulo, no Brasil e no mundo, ao longo deste século, literatura na área das relações da saúde com a economia e a sociedade, bem como referências importantes que subsidiaram a formulação do modelo teórico adotado pela autora.

Pedro Luiz Tauil
Departamento de Saúde Coletiva
Faculdade de Ciências da Saúde
Universidade de Brasília